

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À  
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS  
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO  
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

**Reunião n.º 16**

9 de setembro de 2020

(17:14 h – 18:45 h)

**Ordem do dia:**

Audição da Sr.ª Dr.ª Dina Duarte, Presidente da Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrogão Grande

**Presidente da Comissão:** Paulo Rios de Oliveira (PSD)

**Deputados oradores:** João Gouveia (PS)

António Lima Costa (PSD)

Ricardo Vicente (BE)

João Pinho de Almeida (CDS-PP)

João Dias (PCP)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, boa tarde a todos.

Está reunida a Comissão de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

*Eram 17 horas e 14 minutos.*

Esta reunião ordinária destina-se a ouvir a Dr.<sup>a</sup> Dina Duarte, na qualidade de Presidente da Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, a requerimento dos grupos parlamentares do Partido Socialista e do CDS, mas votado por toda a Comissão.

Dou as boas-vindas à Dr.<sup>a</sup> Dina Duarte, a quem agradeço a presença. Conforme é costume, e embora creia que isso consta da convocatória que lhe foi enviada, quero dar-lhe conta de que o modelo de audição nesta Comissão de Inquérito, a exemplo do que acontece em quase todas, passa por uma primeira ronda de 8 minutos para cada grupo parlamentar, em modelo de pergunta/resposta; depois, uma segunda ronda, possível, de intervenções de 5 minutos para cada grupo parlamentar, com resposta conjunta – e, nessa altura, pedir-lhe-ei que faça a recolha do conjunto alargado de perguntas; e, caso se mostre necessário e a requerimento dos grupos parlamentares, uma terceira ronda de 3 minutos, sendo que é, ainda, conferido a cada Sr.<sup>a</sup> ou Sr. Deputado a possibilidade de intervir por 2 minutos.

Está também prevista uma intervenção inicial dos nossos depoentes até ao máximo de 15 minutos, se assim o entenderem, para enquadrar ou explicar o seu envolvimento neste assunto, de forma genérica, ou, então, se não for caso, disso iniciaremos imediatamente a audição.

A primeira pergunta que lhe faço é exatamente esta: quer usar da palavra para uma intervenção inicial, ou pretende dar início, desde já, à

audição, sendo que, para facilidade de todos e atendendo à distância, depois poderá retirar a máscara, para que a intervenção possa ser mais clara.

Pergunto-lhe: pretende usar da palavra?

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte** (Presidente da Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande): — Sr. Presidente, pretendo fazer uma pequena apresentação. Creio que fará sentido.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Sr. Presidente, muito obrigada por poder estar neste nobre espaço de representação do nosso povo.

Eu sou Dina Duarte e tomei posse como Presidente da Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande no dia 2 de janeiro do corrente ano.

Enquanto cidadã estive desde sempre envolvida no problema, tentei colaborar na solução de tudo o que era necessário para aquelas gentes que tão em choque ficaram e que tão pobremente ficou em termos de apoio numa primeira fase, mas, depois, tudo se resolveu.

Enquanto Presidente da Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande acolhi dois pedidos: um por parte de um associado relativamente à reconstrução da Capela de Nossa Senhora das Brotas, na aldeia da Adega, na Graça, Pedrógão Grande, por ainda não estar a ser construída; posteriormente, em junho, tive também o pedido de uma senhora, Alzira Luís, relativamente à reconstrução da sua casa, que tinha ficado pendente, ou seja, que ainda não estava concluída, volvidos três anos sobre a tragédia.

Nesse sentido, remeti para o REVITA um pedido de esclarecimento — de que ainda aguardamos a resposta, é natural que ainda leve algum tempo, esperamos que seja breve, dado que a senhora, realojada, continua

ainda a viver numa casa paga pela segurança social e é urgente que a casa dela lhe seja dada.

Enquanto Presidente da Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande é isto que tenho a dizer, pois não há nada de excepcional a dizer nesta primeira fase.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, oxalá também não se esgote esta audição nesta primeira intervenção.

Vamos dar início à primeira ronda, com o Grupo Parlamentar do PS, dando a palavra ao Sr. Deputado João Gouveia.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr. Presidente da Comissão, Caras e Caros Colegas Deputados, Caras e Caros membros dos serviços de apoio à atividade parlamentar e, naturalmente – e os últimos são os primeiros –, Sr.<sup>a</sup> Presidente da Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, cuja presença, em nome da bancada do Partido Socialista, evidentemente que agradeço, cumprimento e saúdo.

Quero dizer-vos que, conforme tem sido e continua a ser nosso hábito metodológico no plano introdutório, consideramos fundamental a exposição, breve, mas clara, de notas de enquadramento relativas a esta Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar.

Concretizando: como todos sabemos, esta Comissão Eventual de Inquérito surgiu de uma iniciativa de Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, que requereram a sua constituição obrigatória naquilo que é a ambiência legal aplicável.

Esta Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar tem um objetivo muito claro e inequívoco: apreciar a atuação do XXI Governo Constitucional, o anterior ao atual, no que toca ao processo de atribuição de apoios na sequência dos incêndios rurais ocorridos em 2017.

E quando falo de processo de atribuição de apoios – e isto é tudo muito claro – falo na atribuição de apoios para a recuperação de habitações, para a recuperação de empresas, para a recuperação de equipamentos, públicos e privados, e para a reposição do potencial produtivo. É sempre bom que enfatizemos, clarifiquemos e não criemos qualquer espaço de dúvida quando lembramos qual o objetivo subjacente ao surgimento e funcionamento desta Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar.

Passando à audição propriamente dita, há um conjunto de questões concretas que, naturalmente, gostaria de colocar, no sentido de procurar, como é hábito, clarificar, esclarecer, o que possa ser útil para o que está em discussão, ou seja, o tal processo de atribuição de apoios.

Em termos, também, de método, julgo que o habitual é colocar-se uma questão, haver resposta e, depois, passar-se à questão seguinte.

Sr.<sup>a</sup> Presidente – julgo que até já o adiantou na sua intervenção inicial –, para termos a perceção da ambiência difícil, de desespero, de descontrolo, até, permitir-me-ia começar por lhe perguntar se acompanhou e se se recorda da ambiência social vivida logo após a tragédia.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Sim. Eu vivo naquela região, perdi familiares, perdi amigos, perdi conhecidos e, obviamente, o primeiro contacto que tive com aquela realidade, dado que eu não estava na aldeia principal onde vivo, onde passo a maior parte dos dias, foi a de que, realmente, era uma destruição total e o desespero era muito, no sentido em que nós vivemos com os fogos desde sempre, desde miúda, eu nasci numa aldeia no sopé da serra da Lousã e sempre vivemos com os fogos rurais, mais na época do verão, mas nunca vivemos nada como aquilo.

O que realmente nos surpreendeu foi o grau de destruição e a rapidez

com que aquele fenómeno ocorreu, que levou àquela tragédia, à quantidade de perda de vidas humanas e de algumas casas de habitação, que foram destruídas, bem como os seus anexos, e de algumas empresas. Houve, por parte de todas as pessoas, um sentimento de tragédia, de perda, porque nunca tínhamos vivido tal. Eu dei algum apoio naquela primeira fase, como cidadã, não de outra forma, mas como cidadã.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, não obstante essa muito complexa e difícil – no plano social, para não dizer a outros níveis – ambiência, concordará, reconhecerá, tem a noção, pergunto eu, da celeridade com que, apesar dessa complexa ambiência, em meia dúzia de dias foram feitos, por várias entidades, os levantamentos possíveis, diríamos, das múltiplas anomalias.

Dito de outra forma, concordará, reconhecerá, que o Estado foi rápido a agir quando, por exemplo, tendo os incêndios ocorrido entre 17 e 24 de junho, 15 dias depois, através do Decreto-Lei n.º 81-A/2017, de 7 de julho, foi determinada a criação do Fundo REVITA; cinco dias depois, na sequência do relatório de síntese possível, uma resolução do Conselho de Ministros determinou que um conjunto diversificado de ministérios aprovassem e avaliassem um conjunto de apoios de medidas setoriais.

Não acha que na tal ambiência que descreveu e conheceu melhor do que todos nós, apesar de tudo – e não sou eu quem o diz, são os atos que o confirmam, julgamos nós –, o Estado foi, tanto quando possível, rápido a agir?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, pode responder, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Sim, no sentido de Estado, de agir de acordo com o que era o necessário para aquela população, sim, sentimos isso, sentimos que houve, efetivamente, essa preocupação e esses levantamentos.

Eu participei em alguns e posso dizer-lhe que até achei que seriam levantamentos a mais... Não houve um cruzamento de informação, mas, nestas questões, mais vale a mais do que a menos, para que haja uma clarificação de todas as situações. Foram, inclusivamente, feitos levantamentos das perdas a nível rural e a nível das construções. Portanto, creio que até a própria legislação foi concebida a seu tempo. Desse ponto de vista, da perda de tudo o que era a vivência das pessoas, pois algumas delas ficaram, efetivamente, desprovidas de tudo e, nesse sentido, sim, creio que houve um esforço de quem de direito.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Julgo, julgamos todos, que terá também conhecimento – ainda que enquanto Presidente tenha tomado posse em janeiro do corrente ano – de que o Fundo REVITA, que referi na questão anterior, teve uma dotação inicial, entre participação do Governo e generosidade social, de 7 milhões e 200 mil euros.

Quando hoje, de acordo com os dados de que dispomos, se conclui que há 80%, sensivelmente, que estão executados, concorda connosco, porque o ótimo é inimigo do bom, que 80% de execução não deixa de ser um ótimo resultado social?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Dr.<sup>a</sup> Dina.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — A execução de 80% da aplicação do Fundo REVITA, tal como o foi, obviamente que é um bom resultado.

Poderei, eventualmente, discordar de um ou outro ponto, mas isso é algo que me compete, a mim, gerir. Mas, sim, houve, efetivamente, uma execução até, eventualmente, célere, porque há vizinhos meus que perderam a casa em 17 de junho e a 24 de dezembro já lá foram passar o Natal.

Portanto, efetivamente, houve essa preocupação e, nesse sentido, é uma boa execução.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Quando tivemos todos o cuidado – não fui só eu, certamente –, de ler um conjunto de declarações suas, que apreciámos, algumas delas suscitaram-nos a necessidade de alguma clarificação.

Entre várias das suas declarações, uma delas é de que reconheceu que terá havido construções e reconstruções de casas atingidas por fogos que permitiram situações menos corretas, mas que foram da responsabilidade de uma ou outra pessoa e não da generalidade da população.

Pode concretizar, objetivar, o que quis dizer com estas afirmações?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Vivendo eu naquele território, obviamente que me apercebi de que... E estou à vontade para dizer o que sempre disse e continuo a dizer: considero que deve ser reconstruído tudo o que foi perdido, ou seja, se uma casa tinha um telhado deve ser-lhe colocado um telhado, para que não fiquemos com aquela paisagem de guerra, com a qual eu e os meus vizinhos temos de viver todos os dias; se era um curral de ovelhas, aquele espaço deveria ter sido reconstruído como um curral de ovelhas; se era uma ruína, que existia há mais de dois ou três anos, deveria



ter sido retirado aquele espólio, que não deveria continuar lá, e ter sido limpo aquele espaço. Isso foi também o que verifiquei no terreno.

E eu, obviamente, enquanto cidadã, percebendo e vivendo num ambiente de aldeia, sei que estas animosidades vão-se criando. Há esta situação: mas, então, o que é que se passa? O que aconteceu? O que é que se passou ali? Efetivamente, são as constatações que eu tive diretamente no espaço onde vivo. Essa é a realidade. Não lhe posso dizer nomes concretos, porque não fiz esse levantamento, pois não era esse o meu interesse.

Agora, entristeceu-me verificar a seguinte situação: haver espaços que não eram espaços habitacionais onde viviam pessoas, que foram reconstruídos como casas de habitação, e haver outras pessoas que, eventualmente, estariam com a maior celeridade a precisar que a casa fosse reconstruída, porque, efetivamente, viviam lá, e tiveram de esperar mais algum tempo.

Agora, continuo a dizer que considero que todas as reconstruções deverão ser feitas, inclusive as segundas habitações, as ditas segundas habitações de pessoas, meus vizinhos, que tiveram de vir trabalhar para a cidade, e que, neste momento, estão lá, em ruínas. Eu tenho de lidar com aquelas ruínas todos os dias e com a falta daquelas pessoas numa aldeia. As nossas aldeias são aldeias de 30, 40 pessoas... Às vezes, eu e o meu marido costumamos brincar e dizer: «a aldeia de Nodeirinho ficava toda neste prédio e ainda podíamos pôr os animais e...». Pronto, por aí. Isto para dizer o quê? Que, realmente, nós somos quarenta e tal ou 50 pessoas, não somos mais do que isso.

No verão, quando vêm os nossos vizinhos – não deviam, mas no período de COVID alguns vieram, porque tinham as suas casas de segunda habitação que não sofreram com os incêndios, e puderam regressar –, obviamente, para nós é sempre alegria termos mais alguém no nosso território, alguém que tinha as suas raízes por lá.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Depreendo, ainda no âmbito da questão anterior, que não se está a referir, por exemplo, a situações de imóveis no mundo rural, onde, por vezes, ainda tinham, por exemplo, a casa de banho fora de casa e que, enfim, com a tragédia, se aproveitou para dar dignidade à nova resposta. Julgo que não é disto que está a falar.

Mas disse também que a responsabilidade era de uma ou de outra pessoa. Quer objetivar o que quis dizer com essa expressão «a responsabilidade é de uma ou de outra pessoa» e não é responsabilidade da população em geral, ou pretende ficar-se apenas por aquilo que disse anteriormente?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Doutora, tem a palavra para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — A população, obviamente, quando é questionada sobre se pretende que seja feita a reconstrução deste ou daquele espaço, claro que sim, claro que aceitam que isso aconteça. Quando são questionados por quem de direito, que percebe a lógica de implementação do REVITA, têm a consciência do que é ou não prioritário, perante as necessidades e perante aquilo que estava legislado. É nesse sentido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, uma outra das suas declarações, designadamente no momento da tomada de posse, foi que a questão das indemnizações estaria praticamente resolvida, isto é, quase

todos os casos resolvidos, e que, portanto, essa não era, digamos, a prioridade programática do mandato que se ia iniciar. Confirma estas declarações?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Doutora, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Sim, confirmo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Qual a sua apreciação – e julgo que também conhecerá esses dados, que são públicos – quando sabemos que, por exemplo, só na recuperação de equipamentos públicos, nomeadamente a rede viária, as sinalizações e um conjunto de outros equipamentos, foram investidos, naturalmente com o apoio de fundos comunitários, cerca de três milhões de euros, e que na reposição da atividade comercial foram investidos cerca de dois milhões de euros, com 80%, sensivelmente, de apoio atribuído. Qual é a apreciação que faz destes resultados?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Doutora, queira responder.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Todos os apoios que foram atribuídos às empresas e à reabilitação do território, obviamente que são positivos. Tanto mais que nós vivemos cerca de um ano sem qualquer reposição da sinalização, que era um bocadinho estranho e que foi um bocadinho complicado, porque a solidariedade do povo português não foi só nos donativos que nos fez chegar, foi também no quererem vir até ao território e colaborarem connosco na reconstrução, na limpeza, na manutenção dos espaços e, por vezes, era difícil conseguirmos que eles chegassem ao local certo para poderem colaborar connosco.

Agora, obviamente que houve um esforço comum, que há um esforço comum e que esperamos que continue a existir, no sentido de que o território seja reabilitado, no sentido de que ele seja também um exemplo para que, de futuro, se voltar a existir uma tragédia semelhante à que aconteceu em 2017, tenhamos já um conjunto de legislação preparada para poder aplicar, designadamente na questão da aplicação dos fundos que vierem a ser recolhidos generosamente pelos donativos dos portugueses e não só.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, uma última questão. E, aliás, espero que compreenda que as questões que lhe estou a colocar são as que são porque, de facto, esta Comissão é, apenas e só – outras questões serão abordadas, porventura, noutros fóruns –, para apreciarmos o processo de atribuição de apoios do anterior Governo, e é por isso que lhe estou a falar de apoios e do seu processo de atribuição.

Quando nos refere – e são palavras suas – que há promessas de responsáveis que continuam por cumprir, está a referir-se a processos de atribuição de apoios? Há uma expressão sua dizendo que há promessas de responsáveis que continuam por cumprir. E a minha pergunta é a seguinte: quando faz essa afirmação, refere-se aos processos de atribuição de apoios? Se sim, está em condições de objetivar, em concreto, caso ou casos de dual tratamento que ficaram por resolver?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Doutora, tem a palavra para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Eu não consigo contextualizar. Conseguir dizer-me qual é o momento em que...

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Julgo que, em determinado momento, naquele período imediatamente após a sua tomada de posse e da sua equipa – a quem, naturalmente, todos desejamos o maior sucesso e com a qual estamos, evidentemente, solidários – terá referido, a propósito da necessidade de reflorestação e que persistia uma certa desorganização, que haveria promessas de responsáveis que continuavam por cumprir.

Ora, como essa expressão é muito genérica e como estamos a apreciar o processo de atribuição de apoios, estou a perguntar-lhe se se referia a processos de atribuição de apoios. Eu penso que não, mas quero que o diga. E se, porventura, se referisse a isso, pedia-lhe que objetivasse, em concreto, quais eram os casos de dual tratamento que, porventura, tivessem ficado por resolver.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Não, o que eu referi tem, efetivamente, a ver com um outro tipo de aplicação a nível territorial, tem a ver com a reflorestação, com todo um conjunto de situações em que nós precisamos de sentir verdadeiramente a diferença, para que não volte a acontecer o mesmo que aconteceu, porque ciclicamente sabemos que estes fogos poderão voltar.

Este foi um fenómeno que aconteceu pela primeira vez e que nos surpreendeu a todos. Eu cresci no concelho de Castanheira de Pera e vivenciei imensos fogos a vida inteira. Aquele não era um fogo que tivesse de ser daquela forma se fosse um fogo florestal normal... Não era o caso, foi aquele fenómeno que ocorreu. E, obviamente, é importante para nós, que vivemos no território, que a reflorestação seja pensada de uma outra forma, que não haja monopólio do eucalipto.

O que nós pretendemos é que não esteja tão próximo das nossas habitações para que, de certa forma, as árvores amigas da população, que são aquelas que, de certa forma, nos possam ajudar a baixar a temperatura e a dirimir aquele primeiro contacto entre o fogo que vem da floresta e o fogo

rural mesmo junto às habitações. Obviamente, eu creio que, nesse sentido, não... Fiz-me entender?! Portanto, não é por aí.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, mesmo para concluir.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Mesmo para concluir, quero apenas dizer que compreendi perfeitamente.

Relativamente às considerações que fez, tomámos a devida nota e quero apenas, para já, agradecer a sua postura colaboradora e reafirmar a nossa disponibilidade de sempre para continuarmos a colaborar de forma responsável e solidária.

O Sr. **Presidente**: — Terminada a intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima Costa, em representação do Grupo Parlamentar do PSD.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dina Duarte e agradeço-lhe aquilo que já aqui nos disse.

Numa Comissão Parlamentar como esta e estando perante a principal responsável da Associação das Vítimas dos Incêndios de Pedrógão Grande, seria incompreensível se, da minha parte, as minhas primeiras palavras não fossem, de facto, para, singelamente, homenagear a memória dessas vítimas e, na sua pessoa, agradecer-lhe penhoradamente, em nome do PSD, o trabalho muito meritório, o trabalho extraordinário que foi e vem sendo desenvolvido pela Associação.

Um dos objetivos da Associação, de entre muitos, prende-se com a missão de colaborar e pugnar pelo total apuramento das responsabilidades,

circunstâncias e causas que envolveram o incêndio de Pedrógão Grande de 2017.

Por isso, a esse propósito, gostaria de fazer aqui um paralelismo, porque nós entendemos que esse pugnar pelo total apuramento das responsabilidades, das circunstâncias e causas que envolveram o incêndio, é a melhor forma de homenagear a memória das vítimas.

O paralelismo que faço tem a ver com os objetivos do PSD que, ao promover potestativamente esta Comissão de Inquérito, são os mesmos: homenagear a memória das vítimas, tentando saber tudo o que correu mal no pré e no pós-incêndio, para que situações dessas não voltem a acontecer.

Portanto, o objetivo da Comissão é o objetivo do PSD e faço este paralelismo, porque começa a ser quase intolerável, nesta Comissão – e peço desculpa por este aparte, que não tem nada a ver com a Sr.<sup>a</sup> Doutora –, por parte de alguns partidos, numa estratégia certamente concertada, de colocação em causa da própria existência desta Comissão de Inquérito, com o argumento de que esta Comissão tem como objetivo fazer das vítimas criminosos (ouvimos isto reiteradamente nesta Comissão) e manchar o nome da população, do povo de Pedrógão Grande. Isto é, a nosso ver, um atentado à memória das vítimas dos incêndios de 2017.

Portanto, a nossa obrigação moral, enquanto partidos nesta Casa, é, de facto, fazer essa homenagem e, para o fazermos, temos de saber tudo o que aconteceu mal, seja na atribuição dos apoios, como é o caso, para que no futuro isso não aconteça.

Portanto, a minha primeira pergunta é óbvia: a Sr.<sup>a</sup> Doutora, na qualidade de representante máxima da Associação das Vítimas dos Incêndios de Pedrógão Grande, partilha desta posição, aqui reiteradamente referida, de colocar em causa a existência desta Comissão de Inquérito, ou, pelo contrário, entende que esta Comissão de Inquérito vai também ao encontro daquele objetivo que tinha de se apurar tudo o que há para apurar, tudo o que

correu mal, para que, em futuras situações, que todos esperamos que não aconteçam, as coisas decorram com a normalidade e com o ritmo que todos nós exigimos?

Faço-lhe esta pergunta em concreto, para começar.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Doutora, queira responder.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — O que seria positivo era que não voltássemos a ter fogos como aquele.

Lamentavelmente, não penso que isso venha a acontecer, mas penso que 66 vítimas mortais são demasiadas pessoas para não ponderarmos outras formas de agir perante este tipo de situação.

Creio que 17 de junho de 2017 foi um ponto de viragem em muitas coisas neste País, designadamente no que toca aos fogos, e foi um momento alto da solidariedade que os portugueses tiveram para com as gentes que muito tinham perdido, o que se deveu, fundamentalmente, à perda de 66 vidas, e, obviamente, isso tem um peso muito grande em toda a solidariedade a que fomos sujeitos.

O que se pretende é que este 17 de junho de 2017, que foi o pior momento em termos de perdas de vidas humanas, venha a servir como um estudo de caso, ou que, tendo em linha de conta, por exemplo, as recomendações do Tribunal de Contas, que vem dizer que tem de haver legislação para prever que caso venha a existir algo semelhante neste País, seja pelo fogo, seja por qualquer outro tipo de catástrofe, já exista uma legislação que possa ser aplicada no sentido de não estarmos todos a aprender. Eu acho que no pós 17 de junho estávamos todos a aprender como é que se poderia ajudar nesta ou naquela situação e como é que a solidariedade dos portugueses poderia ser gerida da melhor forma.



Portanto, creio que a melhor homenagem que podemos prestar às 66 vítimas mortais e aos mais de 200 feridos é, efetivamente, isto.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Concordamos perfeitamente com o que acaba de nos dizer e supomos ou, melhor, temos a certeza que esta Comissão de Inquérito pode dar um contributo no sentido de se evitar que, no futuro, as coisas não corram tão mal como, infelizmente, correram neste caso.

Coloco-lhe, agora, mais algumas questões de ordem geral.

Com esse contato tão próximo que teve com este drama, a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> como Presidente da Associação, ou mesmo com outras funções, ou como simples cidadã, tem conhecimento de alguma ilegalidade – e reforço a palavra «ilegalidade» – na atribuição dos apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Aquilo de que posso falar é do que vi. É das ruínas que eram ruínas e depois viraram casas, é dos currais de ovelhas que eram currais de ovelhas e depois viraram habitações... Percebe? Isto é a única coisa de que eu poderei falar; não poderei falar de muito mais.

Obviamente, que toda aquela população ficou em pânico, toda aquela população percebeu que se pudesse conseguir fazer o que quer que fosse e que, podendo ser feito seria feito, e houve casas que melhoraram comparativamente com o que eram, houve vizinhos meus que ficaram com uma casa melhor do que a que tinham... Houve um esforço para que as coisas corressem bem e, às vezes, as coisas, quando estamos todos a fazer de novo

e sem experiência nestas situações, obviamente, que pode haver alguns casos que corram menos bem.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Na mesma linha, mas agora não no plano estritamente legal e na sequência do que nos acaba de dizer, tem conhecimento de casos concretos de injustiças, de algum tratamento desigual na atribuição de apoios, de alguma omissão na atribuição de apoios a pessoas, sejam singulares ou coletivas, que preenchessem os requisitos, que necessitassem desse apoio e que vissem recusado esse tipo de apoio previsto na lei? Tem conhecimento de casos concretos?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Não, não creio que haja esse tipo de situação.

Eventualmente, foi-se além no sentido em que não se fizeram só, prioritariamente, as primeiras habitações mas, se calhar, foram-se fazendo outras, porque, possivelmente, o objetivo era, em termos habitacionais, que fosse resposto tudo o que foi destruído. Poderia ser essa a filosofia e, nesse sentido, houve algumas situações que, se calhar, do meu ponto de vista, não correram tão bem. É só nesse sentido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — A Associação recebeu, em algum momento, queixas ou denúncias por parte de potenciais afetados ou

até associados relativamente a alguma iniquidade na atribuição de subsídios?  
Há documentação na Associação sobre esta matéria?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Eu tomei posse no dia 2 de janeiro deste ano e não tenho qualquer conhecimento desse tipo de situação. Eventualmente, terão de colocar a questão à Dr.<sup>a</sup> Nádía Piazza.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Agora, coloco-lhe um conjunto de questões que visam perceber a atuação do Estado no que se refere aos apoios para a revitalização da zona do Pinhal Interior, nomeadamente aos apoios para trazer uma maior resiliência às populações e uma maior prevenção de tragédias como a de 2017.

A Associação, que bem dirige, tem desenvolvido interessantes iniciativas que visam fomentar uma melhor autoproteção e uma maior resiliência das populações. A necessidade de desenvolverem essas atividades decorre do facto de não haver, por parte do Estado, digamos, uma resposta cabal a este tipo de exigências? Será que a Associação se vê na obrigação de promover este tipo de medidas, uma vez que, da parte do Estado, elas não são promovidas?

O Sr. **Presidente**: — Queira responder, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Relativamente à questão da Aldeia Segura, que é a tipologia proposta pelo Governo, algumas aldeias foram

incluídas outras não e creio que isso tem a ver com as prioridades, no entanto a Associação de Vítimas tem feito algum trabalho, pois pensamos que fará sentido haver aqui a conjugação da Aldeia Segura com aquele que era o projeto da anterior direção e que nós continuámos que é a questão das aldeias resilientes, no sentido de dotarmos as aldeias de todo um conjunto de equipamentos que possam possibilitar, numa primeira linha, que os próprios cidadãos possam defender-se a eles próprios, ou que possam defender-se quando tudo falha à sua volta, ou quando não chega socorro, ou quando não chega um bombeiro para nos ajudar. Aliás, isso foi o que, efetivamente, aconteceu no dia 17 de junho de 2017, por causa daquele fenómeno que, pela primeira vez, nos atingiu e com o qual não estávamos habituados a lidar.

É nesse sentido que para nós, enquanto Associação, faz todo o sentido que as pessoas sejam mais resilientes, que sejam dotadas, quer de conhecimento quer de equipamentos, para puderem, numa primeira fase, ou quando tudo falha, terem algo para se puderem proteger ou para puderem combater. Não são bombeiros, não é isso que queremos; nós queremos é que haja na aldeia um determinado equipamento que possa permitir que as pessoas possam salvaguardarem-se a elas próprias e aos seus bens.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Reformulo, então, a questão: entende que o Estado e os seus diversos organismos estão a fazer o que se impõe para prevenir a ocorrência de factos idênticos aos que ocorreram em 2017? E falo nisto porque a Sr.<sup>a</sup> Doutora afirmou numa entrevista do *Jornal de Notícias*, que, e cito: «Hoje viajar entre aldeias chega a ser um risco, pelo que é necessário criar zonas de proteção».

Depois do que aconteceu em 2017, depois de tantas mortes, será aceitável que seja arriscado fazer uma viagem, uma simples viagem, entre duas aldeias na zona do Pinhal Interior?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Sim, esse risco pode prevalecer e prevalece quando vivemos entre floresta e se não houver margens limpas entre as aldeias, ou se as nossas estradas não estiverem completamente limpas daquelas espécies que são mais invasoras, ou que podem eventualmente pôr mais em perigo as populações, é óbvio que deslocarmos de uma aldeia para outra, ou até numa 236, que foi o que ocorreu naquele fatídico espaço onde faleceu tanta gente, se as limpezas tivessem feitas... Eu hoje vejo as fotos daquele troço e fico admirada, porque nós vivíamos num autêntico paraíso verde que, depois, virou aquele inferno. Porquê? Porque nós facilitámos, por tudo.

Agora, creio que o momento de facilitar já acabou, temos de ter outro tipo de postura, temos de ter a consciência cívica que as limpezas florestais têm de ser feitas e que há um conjunto de árvores que não podem ser permitidas junto às povoações, porque está provado que elas não são facilitadoras do apaziguamento de um fogo.

É isso que temos de fazer, é isso que, enquanto Presidente da Associação de Vítimas, terei de fazer, ou seja, consciencializar e, possivelmente, não se pode só consciencializar terá de haver legislação e ela existe mas tem de ser aplicada.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Depreendo das suas palavras que, subsistindo este risco, o Estado não está a cumprir a sua função no que respeita aos apoios à limpeza que tão importantes são.

A Associação, que superiormente dirige, integra a Comissão de Acompanhamento do Programa de Revitalização do Pinhal Interior que é, julgamos nós, o principal instrumento de apoio àquela região e, portanto, está também aqui sujeito a escrutínio.

Qual o balanço que faz da atuação do Estado e para este efeito em concreto a atuação do Governo relativamente ao cumprimento do previsto neste Programa de Revitalização do Pinhal Interior?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Temos esperança de que muitas das promessas venham a ser cumpridas e que não haja um efetivo esquecimento daquelas populações, porque, na realidade, nós não somos muitos mas queremos continuar a viver lá. Nascemos por lá, vamos vivendo e, possivelmente, quereremos morrer em segurança.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Ainda na sua qualidade de representante na Comissão de Acompanhamento do Programa de Revitalização do Pinhal Interior, que é o principal instrumento de apoio àquela região, que é um documento muito bonito, é um documento muito bem escrito, com grande visibilidade – mas eu não queria referir-me ao que está escrito no papel –, gostava de me referir em concreto não ao que está no papel mas ao que tem sido posto no terreno.

Assim, fazendo uma leitura na diagonal do documento, até sinalizei, há pouco, aqui, algumas questões, queria perguntar-lhe sobre algumas medidas que estão aqui previstas.

Por exemplo, a organização do espaço nas áreas queimadas, competência do Ministério da Administração Interna, do Ministro Adjunto, da Unidade de Missão, do Ministério do Ambiente. Isto tem sido feito? Está cumprida esta medida, passados três anos?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Não é visível.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Outro exemplo: a instalação de parques de receção de madeira resinosa, competência também do Ministro Adjunto, da Unidade de Missão e dos Ministros da Administração Interna e da Agricultura, funcionou? Está concluída?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Que seja visível, neste momento, haverá, eventualmente, um parque de receção junto a Castanheira de Pera, que, creio, é particular não me parece que seja público. Havia um outro parque particular em Figueiró dos Vinhos que, neste momento, está desativado ou, pelo menos, não é visível a existência desse material lenhoso que estava lá e que, neste momento, não está.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Como já não disponho de muito mais tempo, vou ler vários exemplos que lhe coloco à consideração e relativamente aos quais lhe pergunto se estão ou não no terreno: medida de recuperação de povoamentos florestais; medida de restabelecimento e relançamento da atividade apícola; medida de desenvolvimento da fileira do medronheiro; medida de incremento sustentável da atividade cinegética; novas atividades industriais – Projeto PI-Investe – Investe Pinhal Interior; valorização turística do Pinhal Interior; instalação de jovens agricultores; captação de projetos de capital intensivo; mercados locais; projeto-piloto de revitalização das aldeias; reforço e melhoria da qualidade do ensino profissional; reforço da resposta de proximidade em saúde – aliás, diziam-nos ontem aqui que há mil e tal pessoas sem médico de família no concelho de Pedrógão Grande.

Ainda medidas na área das cooperativas de base social, quantas foram criadas? Relativamente a projetos de desenvolvimento cultural no território, quantas iniciativas na área cultural foram implementadas?

Destes projetos que aqui referi, e podia continuar a elencar outros, algum deles já está no terreno?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Que tenha conhecimento não, mas eu também não tenho conhecimento do todo. Mas, que eu tenha conhecimento, não.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar, Sr. Deputado.



O Sr. **António Lima Costa** (PSD): — Quero apenas aproveitar a presença da Sr.<sup>a</sup> Presidente, pela experiência que tem, no sentido de nos deixar para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão de Inquérito as recomendações que entender fazer para que, eventualmente, no relatório final elas possam estar presentes, no sentido de evitar, que é o objetivo da Comissão, que situações semelhantes aconteçam e se acontecerem a resposta seja a mais cabal possível no sentido de minimizar as perdas.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.<sup>a</sup> Doutora.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Eu creio que temos de ter em linha de conta as recomendações do Tribunal de Contas, designadamente nas Recomendações ao Governo e à Assembleia da República, onde se pode ler: «a) Que ponderem a elaboração de um quadro legislativo global que regule a ajuda humanitária e solidária, contendo, designadamente, princípios éticos aplicáveis, regras sobre a definição de critérios da ajuda, procedimentos de coordenação e controlo e normas sobre transparência, prestação de contas e controlo financeiro. Neste âmbito, há que considerar o papel do Estado, em termos de coordenação e acompanhamento, e equacionar um possível mandato de controlo financeiro público mesmo para os casos em que os fundos provenham exclusivamente de donativos privados.»

Creio que é cumprir o que está aqui definido. Acima de tudo, este é o meu sentir.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Passamos ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, dando a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Vicente.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de, em primeiro lugar, agradecer à Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dina Duarte, na qualidade de Presidente da Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrogão Grande, as declarações aqui prestadas e a informação que nos trouxe.

Começarei por afirmar a solidariedade do Bloco de Esquerda com toda a população afetada e com a região, como um todo, que viu o maior desastre de que temos memória acontecer e que a todos nos afeta, e afirmar, também, que me preocupa o facto de a estrutura florestal não ter mudado até hoje.

Os problemas que existiam antes não só se mantêm, como se agravam, porque a área florestal ardida de eucalipto está, hoje, mais concentrada do ponto de vista da densidade de plantas e os riscos de incêndio, com a quantidade material combustível disponível, tendem a ser crescente, de forma mais acelerada hoje do que antes devido ao incêndio que por lá passou.

Foi um erro, do ponto de vista político, que o ordenamento da floresta chegasse ao ponto a que chegou e muitos governos tiveram culpa nisso. Basta relembrar a lei da liberalização do eucalipto lançada pela Ministra Assunção Cristas, que muito promoveu esta floresta.

Na verdade, a situação não mudou e tende a agravar-se e, também ao nível da Proteção Civil, ainda temos em espera o Programa de Ação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, apesar de já terem passado vários anos da ocorrência deste incêndio.

Mas não é sobre este assunto que se debruça esta Comissão e, por isso, tenho algumas perguntas que lhe quero colocar, havendo várias que já foram feitas anteriormente, por outros Deputados.

Relativamente ao processo de reconstrução de habitações, como acompanhou, se acompanhou, o processo de recuperação destas habitações? Como é que avalia o processo de atribuição de apoios, no âmbito do Fundo REVITA, para recuperação de habitações e, também, para repor o potencial produtivo?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Devo dizer, acima de tudo, que, durante o período da reconstrução em si, eu era associada da Associação das Vítimas, mas não tinha um papel dirigente. A partir de janeiro de 2018, deixei de ter um papel dirigente. Continuei enquanto associada e, só agora, em janeiro de 2020, é que passei a ter as funções de Presidente da Direção.

Isto para dizer que o processo de reconstrução foi um processo onde todos aprendemos, foi uma aprendizagem, generalizada, em que o programa ou a solução REVITA foi para tentar agilizar todo um conjunto de situações, nomeadamente a aplicação dos donativos que os portugueses tão generosamente nos tinham feito chegar ao território.

Houve, efetivamente, todo um conjunto de situações que não estiveram corretas ou que não foram prioritárias: do meu ponto de vista, primeiras habitações, primeiro, e, depois, as outras. Portanto, houve ali alguma alteração de prioridades, mas, devo dizer que não estava no papel de Presidente da Direção da Associação de Vítimas durante todo este largo período.

Enquanto cidadã, obviamente, preocupei-me com algumas situações. Obviamente, quando vi, na minha aldeia, algumas situações que não considerei que fossem corretas e percebi que não era só na minha aldeia, que seria, eventualmente, em algumas outras, na realidade foi algo que, para mim, não foi agradável.

Agora, enquanto um território que precisou e que continua a precisar, ainda hoje, que seja feita uma reabilitação da paisagem, da própria paisagem da aldeia, efetivamente, isso continua premente. Nós continuamos a ter ruínas... Eu vivo, todos os dias, com uma ruína em frente à minha porta.

Todos os dias tenho e ver aquilo e não é agradável – tanto eu quanto os outros vizinhos e os vizinhos de outras aldeias. Não é, obviamente, agradável.

Se tenho a expectativa de que as coisas sejam feitas? Quero acreditar que sim. Quero acreditar que a solidariedade dos portugueses, apesar de tudo, pode ainda chegar a ser aplicada no sentido de melhorarmos aquela paisagem, não só por mim, mas pelos meus filhos – que não os tenho, mas pelos filhos dos outros que, eventualmente, possam vir a viver naquela aldeia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ricardo Vicente, tem a palavra.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Muito está por fazer para reconstruir as áreas ardidas e a economia da região. Todos sabemos isso.

Aquilo que lhe perguntou é, na sua opinião, considerando eu que a sua opinião é também a de que existiram insuficiências do ponto de vista dos apoios que foram atribuídos, que insuficiências identifica? Que tipo de apoios e onde é que esses apoios faltaram?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Há uma paisagem que deixou de ser a que eu conhecia na manhã de 17 de junho de 2017. E há toda essa paisagem que continua destruída e há a expectativa de que as coisas se alterassem, de que não tivéssemos de continuar a viver, paredes meias, com a floresta junto às casas. Se me perguntar: «E a culpa é de quem?» A culpa é de todos nós: todos nós que plantámos e de todos nós que deixámos que fosse plantado.

Obviamente que é imprescindível que haja uma alteração... O que é que acontece? A desertificação das nossas aldeias, que não é de agora, é de há muitos anos, continua a existir. Não há nada que a contrarie! Não há um

investimento que faça com que as pessoas fiquem ou que venham outras para residir naquele espaço. Esse é o problema de todo o interior! O interior só tem fogos e só tem monocultura de eucalipto, porque, na realidade, estamos envelhecidos, temos poucas iniciativas e somos muito pouco jovens. Esta é a realidade do interior! Tudo o que seja feito para alterar isso... Obviamente que vai alterar a paisagem, vai alterar a forma de estar e, também, eventualmente, a forma de exigirmos outro tipo de situações.

Posso dizer-lhe que eu tinha a esperança de que o incêndio de 17 de junho de 2017 fosse uma pedrada no charco. Tinha essa esperança, enquanto cidadã, e continuo a ter essa esperança, e tudo faremos, tanto eu como os meus colegas de Direção da Associação das Vítimas, para que haja uma alteração efetiva da paisagem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se faz favor de continuar.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Quero apenas agradecer, mais uma vez, o testemunho trazido e dou por encerradas as minhas questões.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar, em nome do Grupo Parlamentar do CDS e em meu nome pessoal, a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrogão Grande e manifestar a nossa solidariedade, que foi por diversas vezes manifestada no terreno, com a vossa Associação no sentido de procurarmos, no âmbito do nosso trabalho parlamentar, dar sequência às

preocupações da Associação, que, no fundo, eram as preocupações particulares de cada cidadão.

Houve, no início – admito que não foi na altura em que estava à frente da Associação, mas era associada e conhecia –, a necessidade de chamar a atenção para muitas situações particulares e específicas, em função da situação em que as pessoas estavam, em função, muitas vezes, da idade e da solidão de algumas pessoas e dos problemas sociais que isso trazia. Hoje, felizmente, essa parte parece mais distante, mas há uma consequência positiva e uma consequência negativa disso: a consequência positiva é eminentemente material, porque, efetivamente, foram reconstruídas e repostas algumas das situações; e a consequência negativa é a de que a parte do sofrimento, principalmente no que diz respeito às famílias das vítimas e às próprias vítimas que sobreviveram e que lidam com essa situação, parece passar um bocadinho ao lado, mas é muito importante.

Porque é que quero dar esta palavra? Porque, efetivamente, não é esse o objeto dos trabalhos desta Comissão, mas é o centro da nossa preocupação e, por isso, queríamos transmitir essa solidariedade e disponibilidade para aquilo que ainda haja por fazer, no sentido de apoiarmos aquelas pessoas por forma a terem uma vida digna e poderem recuperar do choque brutal que sofreram.

Esta Comissão é mais sobre os apoios e as suas consequências e, portanto, no sentido do que estava a dizer antes, até, falando primeiro das pessoas, queria perguntar-lhe: no que diz respeito a indemnizações por morte, no que diz respeito a indemnizações a feridos graves, no que diz respeito a apoio a, essencialmente, queimados ou pessoas com doenças respiratórias – os dois casos que existem que necessitam de cuidados prolongadamente, alguns para o resto da vida –, está tudo resolvido ou encaminhado, nos casos de quem continua a precisar de cuidados, ou há ainda situações que não estejam resolvidas ou que precisem de ser revistas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — De que tenhamos conhecimento, não. Não há nenhum processo que esteja por terminar. Eventualmente, há um de um ferido grave que está ainda... Mas cremos que está a situação praticamente solucionada. Relativamente a todos os outros, os processos estão encerrados. Não temos qualquer conhecimento, quer de associados, quer de não associados, de que haja algo pendente, pelo que, nesse aspeto, a Associação das Vítimas tem feito o seu trabalho no sentido de sinalizar uma ou outra situação e fazer chegar a quem de direito, por parte do Governo, para que haja uma visibilidade, ou para que seja tratado com a devida celeridade. Isso, obviamente, é também a missão da Associação das Vítimas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Durante este período, as pessoas iam ter muito com a Associação no sentido de exporem a sua situação particular e de encontrarem forma de essa situação particular ser tratada, fosse a este nível de apoios pessoais ou fosse, por exemplo, ao nível da reconstrução das casas? Ou foram poucas as pessoas que foram ter com a Associação para isso?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — A título pessoal, muitas pessoas contactaram com a Associação e foram apoiadas, na medida do possível. Relativamente à questão da reconstrução, entendeu, naquela altura, a Direção, que não era uma prioridade a questão das construções, porque

considerámos que o programa REVITA teria de dar-lhe o acompanhamento devido.

Neste momento, quando nos chegaram estes dois casos, de que no início falei, obviamente que reportei a quem de direito e pretendemos que a situação seja resolvida relativamente a estes dois processos.

De resto, não há mais do que isso, creio.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, tem a palavra.

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Vamos, então, a essa questão. Percebo a delicadeza da questão. Toda a gente, incluindo nós, gostava que a reconstrução fosse feita pelo máximo possível, ou seja, que se reconstruísse tudo o que se pudesse reconstruir, incluindo segundas habitações, mas que se pudesse reconstruir, também, armazéns e outro tipo de instalações e abrigos de apoio à atividade agrícola.

Portanto, não vamos dizer que há uns que são a favor de só se fazer a reconstrução das primeiras habitações, outros que acham que se deveria reconstruir tudo. Obviamente, todos achamos que deveria ser o máximo possível.

Também ninguém é contra, julgo eu, do ponto de vista humanitário, que as condições de vida das pessoas sejam melhoradas e que, portanto, relativamente a quem viva em condições menos dignas, havendo uma intervenção pública na sua habitação, que essa intervenção pública possa melhorar as condições em que as pessoas viviam.

Portanto, o que se coloca é a questão da equidade, porque, não estando em causa dar o melhor a todos e poder fazer o melhor por todos, o que todos sabemos é que não pode haver situações em que se faça a uns e não se faça a outros, ou em que se faça a uns melhor do que se fez a outros. Isso produz iniquidade e gera eventual sentimento de descontentamento entre as pessoas.



Exclusivamente neste ponto, pergunto-lhe: há, de facto, situações que tenham gerado esta iniquidade e há pessoas insatisfeitas, queixosas, por se sentirem prejudicadas por causa disso?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, pode responder.

A Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Daquilo que tenho conhecimento, as pessoas que se consideraram insatisfeitas, relativamente à tipologia e à qualidade de construção, reclamaram no seu devido momento. Se foram ou não aceites as suas reclamações, não lhe sei dizer, mas isso foi uma indicação que ia sendo dada.

Quando as pessoas se dirigiam a mim, enquanto cidadã, eu dizia-lhes que tinham de reclamar no devido local, no GORR (Gabinete Operacional de Recuperação e Reconstrução) ou junto do autarca ou junto de quem de direito. Na altura, não era também a Associação de Vítimas que deveria gerir esse processo ou essa insatisfação.

Houve, efetivamente, alguma insatisfação, mas as pessoas tiveram de reclamar. O que acontece é que, por vezes, as pessoas ficam no seu espaço, já estão muito gratas, porque não perderam tudo e têm alguma coisa, e não têm poder reivindicativo para poderem reclamar o que quer que seja.

Mas essa foi sempre uma situação que ficou um pouco ao critério de cada um.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas, em função disso, não podendo dar, obviamente, a certeza, porque não participa no Fundo REVITA, se pedirmos ao Fundo reclamações de pessoas que não ficaram satisfeitas com a reconstrução de suas casas, essas reclamações existirão?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

A Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Muito possivelmente, não. Não há essa capacidade. Estamos a falar de pessoas, maioritariamente, acima dos 60, 70 anos. Ou os seus filhos o fariam ou, não tendo filhos, nada seria feito.

Porque há, por parte de todas as pessoas que viram as suas casas reconstruídas, uma grande gratidão, pelo que, entre perder tudo, fazer alguma coisa, ou ter muito mais ficam satisfeitas com o que têm. É essa um pouco a filosofia de vida.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Relativamente aos casos de que já falou, de ruínas que deram origem a casas ou de currais que pudessem também dar origem a casas, isso tem muito que ver com o objetivo desta Comissão, porque, dentro do critério de justiça de que falei, acho que não haverá ninguém que ache que faça sentido transformar uma ruína numa casa ou um curral numa casa antes de ser possível reconstruir segundas habitações de pessoas que estão deslocadas dentro do território nacional ou até casos vários de pessoas emigradas que investiram tudo na casa, na sua terra. Aliás, é muito normal, não só naquela região, mas em todo o País, as pessoas fazerem poupanças ao longo da vida e investirem-nas na construção de uma casa na região de onde são originários. Portanto, não passaria pela cabeça de ninguém, uma hierarquia de prioridades que pusesse uma ruína à frente de uma segunda habitação.

Pode confirmar que isso, efetivamente, aconteceu? Pode confirmar que há segundas habitações que não estão reconstruídas e que há, pelo menos um caso, de uma ruína que deu origem a uma casa?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, pode responder.

A Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Eu não posso evitar os factos, não posso dizer que não vi ou que não estou frente a situações dessas. Efetivamente, aconteceu. A forma como as coisas foram geridas ou deixaram de o ser, não sei dizer.

Quando li, pela primeira vez, a questão do REVITA, sobre a documentação necessária para aceder ao Fundo, fiquei descansada. Se as pessoas tinham de ter um contador de água ativo desde não sei quanto tempo antes da tragédia, se tinham de ter um contador de luz a funcionar, isso, para mim, seria sempre mais do que... Eu fiquei sempre muito descansada, no sentido em que isto ia correr bem. Quando verifiquei uma ou outra situação por demais evidente, quando sabemos que, na aldeia, há um realojado, mas que se fizeram três primeiras habitações é um pouco estranho.

Estou a dizer aquilo que disse não enquanto Presidente da Associação de Vítimas, mas enquanto cidadã, quando fui questionada pelos Srs. Inspectores da Polícia Judiciária relativamente a este processo. Não estou a dizer nem mais, nem menos; estou a dizer a mesma coisa!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, no sentido de podermos ficar com toda a informação, em relação à aldeia em que há um realojado e três primeiras habitações recuperadas, pode dizer-nos qual é a aldeia, por favor?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, qual é a aldeia?

A Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — É a aldeia onde vivo, a minha segunda aldeia, não é a aldeia onde estou nas finanças. A minha aldeia é a aldeia do Bolo, em Castanheira de Pera. É a aldeia onde eu vivo, onde partilho a casa com o meu marido, é a aldeia de Nodeirinho, Graça, em Pedrogão Grande.

Deixe-me só dizer que não sei se as pessoas o fizeram ou não porque quiseram. Creio é que tudo deveria ser repostado, mas se é um curral é repostado como curral e se é uma ruína não se faz nada, retiram-se os escombros e pronto. Esse era o meu ponto de vista, mas sou uma mera cidadã. Não tenho muito mais a dizer e estou a falar enquanto Dina Duarte, moradora de Nodeirinho, porque como Presidente da Associação...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Essa informação é clara, objetiva. Temos tido aqui outras pessoas que têm feito declarações genéricas, mas com alguma dificuldade em concretizar e é muito importante que esta Comissão não seja especulativa e que se perceba claramente que, em primeiro lugar... Aliás, eu até ia mais longe do que foi a Sr.<sup>a</sup> Presidente, eu se pudesse, em alguns casos, incentivar o regresso das pessoas, a manutenção da ligação, a melhoria da atividade económica, se eu pudesse pegar em alguma coisa, como uma pequena ruína ou uma pequena instalação, e transformá-la em algo melhor, se houvesse condições para isso, possivelmente estaríamos a fazer algo de bom por aquela região e estávamos a ser justos.

A questão em causa é a do tratamento que tem de ser igual para toda a gente. É isto que uma comissão parlamentar de inquérito tem de aferir, sem julgar quem foi ajudado, mas tendo, necessariamente, de julgar quem decidiu e quem tomou este tipo de decisões. Portanto, é relevante esta sua informação.

Quero dizer que o Grupo Parlamentar do CDS vai requer os processos relativos a esta aldeia, porque é importante saber como é que, havendo um realojado numa aldeia, há três primeiras habitações reconstruídas e dos processos faremos a nossa avaliação. Obviamente, não há aqui outra forma de podermos avaliar a situação que não seja esta.

Para concluir, faço uma última pergunta que parece consensual entre todas as pessoas que aqui vêm falar connosco. Para além da reparação dos danos pessoais, a grande prioridade de todas as entidades, em termos de discurso, foi a alteração substancial da realidade florestal daquela região. Ia mudar tudo não só naquela região, mas no País. E, para perceber a dimensão do que ia mudar no País, íamos olhar, em primeiro lugar, para aquela região.

O que lhe pergunto é muito simples: se olharmos para o que está a ser feito, em termos florestais, naquela região, podemos de alguma forma ficar descansados em relação ao resto do País?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Não vivo descansada cada dia que passa, porque sei que, eventualmente, poderá existir um outro 17 de junho na minha vida ou na vida de outras pessoas.

Espero que não se percam mais vidas. Enquanto Associação de Vítimas trata-se um pouco de alertar para que não volte a morrer mais ninguém naquelas dramáticas condições. Tem sido feito algum trabalho? Sim, tem sido. Têm sido limpas as bermas das estradas, nos 10 metros, no IC8? Tem sido limpo alguma coisa? Sim, tem sido limpo. Isto foi em junho, três ou quatro meses volvidos, aquilo precisa de ser limpo outra vez. Há capacidade económica de um País como o nosso para limpar todas as bermas, todas as estradas de todo o País? Não sei se há! Tenho de ser razoável no pedido que faço.

Creio que tem de haver a consciência, não só dos produtores, não só do Estado, mas também dos particulares, de que temos de pensar diferente, temos de pensar uma solução diferente em termos florestais. Porque eu não vivo numa floresta; eu vivo numa monocultura que não me dá segurança nenhuma, nem a mim, nem aos meus vizinhos. Mas se me perguntar assim: «Então, você e os seus vizinhos deixaram de ter eucaliptos?». É difícil deixar de ter! Vou dizer-lhe porquê, porque não temos capacidade económica para arrancar aquelas cepas, porque não há capacidade económica do Estado para arrancar as cepas à beira das estradas, dentro dos 10 ou dos 20 metros para cada lado das estradas. As nossas estradas são metade desta mesa, quando passam dois carros um pelo outro, um deles tem de se encolher para o outro passar...

Depois, temos uma imensa floresta, uma imensa monocultura, que não nos dá, obviamente, segurança, nem aos que querem ir para lá viver, porque, na estrada nacional 236, não morreram só pessoas que viviam lá, morreram tantos que eram de cá e que eram de outros sítios e estavam de passagem. Isso pode acontecer-me a mim, numa outra 236 deste País.

É esta consciência de que temos, efetivamente, de mudar todos, como um todo... É solução andarmos todos permanentemente a limpar? É solução que eu, enquanto privada, limpe três ou quatro vezes o mesmo terreno e continuar a tê-lo sujo? Porque, se vier um incêndio, aquilo vai arder. É solução os amontoados ficarem desde maio, junho, julho, agosto, setembro ou outubro, até virem as primeiras chuvas, e continuarem amontoados, podendo ser um foco de incêndio? Não é solução!

Temos de pensar numa solução para o País na íntegra, temos de pensar que não vale a pena continuarmos com as queimadas, a queimar os sobrantes. Não, temos de, eventualmente, destruí-los e deixar os sobrantes no local para que, efetivamente, sejam húmus para a nossa terra.

Agora, mudar as mentalidades é muito difícil. Há pessoas que perderam familiares e continuam a plantar eucaliptos perto de casa...! O que mudou? O que é que aquele fogo trouxe à minha vida? Trouxe imensas preocupações, uma imensa tristeza e o facto de perceber que há mentalidades de vizinhos e não só — os meus vizinhos são todos — que não mudaram. Ficámos todos à espera de que venha um outro incêndio, porque isso vai acontecer... Isto, para mim, é muito triste! O facto de viver num País, numa zona onde se pensa que todos os anos tem de vir um incêndio, é um inconformismo!

Para mim, é muito triste percebermos que nada é feito. Mas não são só os governantes que têm de mudar; tem de mudar também esta mentalidade. Não são só as autoridades que têm de fazer a grande mudança; a grande mudança tem de ser feita nas mentalidades. Como é que isso muda? Educa-se! Prepara-se desde criança para uma outra forma de estar na vida, para que quem vive no rural e quer lá viver tenha de aprender a viver de uma outra forma. Altera-se a paisagem, altera-se a floresta?... Não sei se isto é possível, mas eu gostava tanto que fosse diferente!

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao Grupo Parlamentar do PCP.

Dou a palavra ao Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Cumprimento o Sr. Presidente e os Srs. Deputados e também a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Associação e agradecer-lhe os esclarecimentos que aqui já nos prestou, pois, de facto, deixa-nos aqui muitas reflexões importantes relativamente ao que está na causa dos incêndios.

Contudo, o PCP quer fazer aqui o que tem feito na grande maioria das audições, isto é, um ponto prévio. Nós entendemos que é tão legítimo o PSD achar que com esta Comissão de Inquérito está a fazer uma homenagem às vítimas, quanto o PCP ter também a legitimidade para entender que esta

Comissão de Inquérito não serve para isso e muito até contribui para a ideia de fraude, de corrupção, de más intenções.

Digo-lhe, desde já, que, nas sucessivas audições – salvo erro esta é a décima segunda –, tem vindo a desvanecer-se progressivamente, à medida que as vamos fazendo, a ideia de que tenha havido um aproveitamento de uma perda tão significativa como houve, não só nas questões relacionadas com as perdas de vidas humanas como nas situações relativas às perdas materiais.

Portanto, fazemos esta apreciação – e é legítimo que a façamos –, também compreendemos que quem solicitou esta Comissão de Inquérito não fique satisfeito com isso, mas temos de dizer, claramente, que o PSD optou por fazer chicana política com esta situação e transformar as vítimas em culpados e vigaristas.

É isto que está a acontecer: transformar as pessoas de Pedrogão Grande, porque essa ideia foi criada, bem como este clima de suspeição. Nós repudiamos e não aceitamos que seja criada a ideia de que as pessoas de Pedrogão são vigaristas, são malabaristas, entram em esquemas e negócios. Não aceitamos isso!

As pessoas de Pedrogão e as gentes daquele território podem contar com o PCP para defendê-las acerrimamente no justo ressarcimento das perdas que tiveram.

Mas isto não nos permite nem nos deve deixar entrar numa campanha de branquear as falhas. É que, se, por um lado, criticamos a atitude para a criação desta Comissão, por outro lado, não branqueamos as falhas e a falta de apoio a muitos dos lesados, os quais o Governo anterior – ou seja, o imediatamente antes desta Legislatura, o Governo do PS, porque é ele que tinha as responsabilidades – não quis acudir. Também queremos apontar isso.



Entendemos que o mais importante, antes de apontar o dedo às vítimas, é exigir que seja feito o ressarcimento. É isto que temos feito, com muita consciência, e achamos que estamos no caminho certo.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, a primeira questão que queria colocar-lhe é sobre o que a preocupa mais. O PCP entende que uma situação como esta só é séria e justa se fizermos uma avaliação do que existia antes, ou seja, se avaliarmos o que foi recuperado e a situação em que estamos. Só é justo fazer isto, se pegarmos nesta situação.

Por isso, pergunto-lhe o que é que a preocupa mais: recuperar o que foi destruído, ou, no caso de ter havido alguma irregularidade, essas irregularidades?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Preocupa-me que a imagem dos pedroguenses, dos castanheirenses e dos figueiroenses tenha ficado abalada com esta situação. Isso preocupa-me, obviamente, enquanto cidadã que vive lá, que é de lá. Sou uma castanheirense que vive em Pedrógão Grande e que trabalha em Figueiró dos Vinhos. Obviamente, isso preocupa-me, a imagem com que todos nós ficámos.

Fico muito satisfeita que pessoas que tinham casas típicas, que é um aglomerado de cozinha com adega, neste momento, passem a ter uma casa com um conceito diferente. Algumas das pessoas melhoraram significativamente a qualidade das suas habitações.

Se todos deveriam ter o mesmo tipo de habitações de qualidade, sim, todos. Os que tinham de primeira e os que tinham de segunda, todos deveriam ter habitações melhores. Se houve prioridades que não foram prioritárias comparativamente com outras – passo a redundância –, essa já é uma situação que não me cabe a mim analisar.

Obviamente, o que me cabe, enquanto Presidente da Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, é fazer com que a imagem daquele povo, daquelas gentes tão sofridas, não fique abalada e que seja limpa de qualquer mácula. Por isso, é bom que se faça justiça, seja ela de que forma for, desde que seja feita.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

**O Sr. João Dias (PCP):** — Compreendemos perfeitamente aquilo que disse, até porque esta questão do julgamento em praça pública, tudo aquilo que, na comunicação social, foi por demais difundido, foi muito triste. Entendemos que o que for para corrigir seja corrigido, seja apurado, e os tribunais servem para alguma coisa.

Por uma casa ter ficado com mais um metro quadrado, por uma casa ter ficado com um pé direito mais elevado, por haver mais condições de dignidade, não nos parece que existam situações de irregularidade.

Aliás, a primeira audição que foi feita no âmbito desta Comissão foi muito bem o espelho do que se queria fazer com esta Comissão de Inquérito. O Sr. ex-Presidente do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) deixou bem claro que só se preocupou com Pedrógão, com o concelho de Pedrógão, estudou-o todo acerrimamente até à sua fronteira e, depois, foi buscar toda esta situação. Isto terá alguma intenção por detrás, mas não queremos mais explorar essa situação. O que nos importa é identificar o que ficou por apoiar. É esta que entendemos dever ser a grande preocupação. Devemos preocuparmo-nos mais com o que ficou por apoiar, porque haverá entidades para resolver as outras situações.

Como representante das vítimas, que problemas foram identificados na inventariação, na avaliação dos prejuízos? Que dificuldades é que se encontraram?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, para responder, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Devo dizer que, nesse momento, não era Presidente da Associação, pelo que não lhe posso dar uma resposta concreta relativamente a isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Portanto, terá alguma dificuldade em esclarecer-nos relativamente ao processo de atribuição de ajudas nesse âmbito.

O PCP, relativamente a três ou quatro matérias, tem deixado questões muito concretas, nomeadamente relacionadas com a agricultura e com a reposição quer da agricultura, quer da floresta, mas principalmente da agricultura e da pecuária que foram mais afetadas.

Tem sido documentado e esclarecido por parte de vários depoentes que os apoios ou não chegaram ou não chegaram na justa medida. Deixei aqui claro – e até fiz uma sugestão ao Sr. Deputado Relator da Comissão – que parece que foram mais as necessidades a ajustarem-se aos apoios do que os apoios a ajustarem-se às necessidades. Esta é uma ideia que cada vez fica mais clara.

Aquilo que transparece com mais clareza tem a ver com a agricultura: um processo de candidaturas que foi feito até aos 1053 € com o apoio da segurança social, entre esse valor até aos 5000 € com o apoio do Fundo REVITA e, daí para cima, de uma forma até plafonada, com candidaturas ao PDR (Programa de Desenvolvimento Rural), nomeadamente à Medida 6.2.2.

Ora, esta foi uma medida complexa, um processo complexo, e queria perguntar-lhe se tem informação de esta complexidade ter criado obstáculos à sua candidatura.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Do que tenho conhecimento, relativamente aos vizinhos que me fizeram chegar o seu *feedback*, é que, muitas vezes, eles tiveram de fazer uma descida do valor das perdas para se enquadrarem num determinado valor.

Tudo o que tivesse a ver com outro tipo de valores, superiores ao que estava preestabelecido como um *plafond* máximo, teriam de ter outro tipo de estrutura, enquanto empresários em nome individual, ou teriam de dar início de atividade, o que não era, de todo, o caso da maior parte dos meus vizinhos, que faziam uma agricultura de subsistência, ou seja, que tinham o seu trator porque precisavam de ter o trator, que tinham... Esta história do cooperativismo ou da cooperativa e de poderem utilizar o mesmo tipo de equipamentos é difícil. Cada um tem o seu próprio equipamento, utiliza-o e pronto e há pouca solidariedade nesse aspeto.

Assim, efetivamente, o que se verificou foi que, depois, houve muita solidariedade. Alguns particulares, emigrantes noutros países, fizeram chegar alguns tratores, algum equipamento, e, então, reduziram em muito a perda dos vizinhos, que tinham perdido todo um conjunto de equipamentos, mas cujo valor não era suficiente para poderem adquirir o mesmo equipamento que tinham antes do incêndio. Esses donativos que vieram em género foram muito bem-vindos pelos meus vizinhos, obviamente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Dias, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Nessa sequência, faz sentido perguntar, independentemente de, na altura, não ter responsabilidades na Associação das Vítimas, pelo menos na direção, se conheceu alguma entidade que tenha sido colocada no terreno para promover e apoiar os agricultores a desenvolver estes processos de candidatura, ou se eles foram deixados à mercê e até pouco informados sobre aquilo a que tinham direito, tendo em consideração a exigência de um processo desses. Faz-nos todo o sentido que tivessem sido, por parte do Governo, colocados no terreno apoios, em termos técnicos, para essas candidaturas.

Teve conhecimento de alguma entidade que tenha sido disponibilizada, profissionais ou técnicos, para ajudar a elaborar essas candidaturas?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tem a palavra, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — De que tenha conhecimento, não. Mas repito: de que tenha conhecimento. Não conheço o todo; conheço alguma parte. De que tenha conhecimento, não.

Alguns vizinhos acabaram por desistir, porque, ao terem de dar início de atividade, iam ter todo um acréscimo de despesas que não era exequível, porque aquela é uma agricultura de subsistência, não dá para vender. Há muito o sistema de trocas nas aldeias. Se um vizinho tem alguma coisa, partilha com os outros, mas vendas não. Por isso, não faria sentido para fazer face ao prejuízo efetivo que as pessoas tinham tido em muito do material agrícola que tinham perdido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Referia-me à questão da divulgação, do esclarecimento e do apoio técnico.

Quero fazer-lhe, agora, uma pergunta relativamente a uma matéria que é muito sensível para nós, sobre a qual o PCP tem questionado, e que tem a ver com os serviços públicos.

Há pouco acompanhei a reflexão que fez relativamente à necessidade de inverter este círculo vicioso dos incêndios e do despovoamento, do qual os incêndios fazem parte. Em territórios como este, sem gente, é impossível conseguir gerir a floresta e prevenir estes incêndios. Sem rendimentos, mesmo que tenha gente, também não é possível. Aliás, quando não se tem rendimentos, o que é que acontece?! Abandono e despovoamento!

Os serviços públicos são fundamentais para fixar as pessoas, quer para fixar os que lá estão, os que lá nascem, quer para atrair outros para lá.

Quero questioná-la relativamente a serviços públicos na área da saúde, da segurança, até mesmo das instituições de finanças, bancárias, que são fundamentais para a fixação das pessoas e para dar qualidade de vida àquelas pessoas que lá residem, que informação nos pode dar? Que serviços públicos, que seriam determinantes se existissem, foram encerrados? Que serviços públicos estão na iminência de poderem vir a encerrar?

Pergunto isto tendo em consideração que aquilo que deveria ser exigido era inverter este círculo de despovoamento e dos incêndios com a disponibilização de serviços públicos, que, naturalmente, atraem investimento privado, que também fundamental para a criação de emprego.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente, a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dina Duarte.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — De que tenha conhecimento, relativamente aos serviços públicos, alguns deles vão ser integrados nos

serviços municipais de algumas autarquias, designadamente a segurança social e, creio que, eventualmente, poderá haver um ou outro serviço, não sei... Eu própria trabalho num serviço de emprego de Figueiró dos Vinhos. Vamos continuando a trabalhar...

A ideia é a de que eles serão reduzidos aos seus mínimos nestes territórios de baixa densidade populacional. Esperamos que haja um quebrar de ciclo e que, efetivamente, não aconteça essa perda de serviços públicos na sua essência, com a sua isenção, com a sua transparência, com a sua não dependência.

Efetivamente, estamos expectantes de que haja um travão, pelo menos nestes nossos territórios de baixa densidade populacional. Sabemos que não seremos especiais, mas gostaríamos de ser tratados como tal.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente, Dr.<sup>a</sup> Dina Duarte.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não existe nenhuma inscrição para a segunda ronda, tendo em conta o elevadíssimo número de questões que foram colocadas.

Assim sendo, resta-me terminar esta audição, agradecendo desde logo aos Srs. Deputados o conjunto de questões que colocaram e também muito à Dr.<sup>a</sup> Dina Duarte, porque imagino que não é fácil, apesar de estarmos a falar dos apoios do Estado e apenas isso, estar a reviver e a comentar assuntos tão sensíveis, como foi aquele drama todo. Agradeço muito a sua disponibilidade e a forma muito generosa como esteve a tentar colaborar com a Comissão. Resta-nos a nós fazer o nosso trabalho, agradecer a sua presença e desejar-lhe um bom regresso.

A nossa depoente pretende dirigir umas palavras à Comissão, pelo que lhe dou a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Dina Duarte**: — Quero agradecer o facto de me terem ouvido enquanto cidadã e também enquanto Presidente da Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, que é algo que eu gostaria que não existisse, mas temos de viver com estas necessidades.

Enquanto existir alguém que precise de apoio por causa do incêndio de 17 de junho, terei de falar, terá de existir sempre uma voz e essa voz será a da Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande.

Espero que corra tudo pelo melhor, na verdade que queremos que seja apurada, e, acima de tudo, que o povo de Pedrógão, de Castanheira e de Figueiró dos Vinhos não fique ferido por tudo isto, por toda esta situação. É isso que espero, acima de tudo, enquanto cidadã que nasceu em Castanheira, que trabalha em Figueiró dos Vinhos e que vive em Pedrógão Grande.

Tenho muito orgulho em ser uma beirã. Por isso mesmo, espero que a imagem deste interior, um bocadinho esquecido, não tenha vindo pelos piores motivos e que este seja um ponto de partida. É nisso que fazemos fé! Fazemos fé em que Pedrógão tenha sido uma lição e que seja uma lição para o futuro. Está nas mãos dos Srs. Deputados legislarem no sentido daquilo para o que o Tribunal de Contas apontou nas recomendações que fez.

Esperamos que não haja mais nenhuma tragédia, que esta tenha sido a pior de todas e que possam colaborar para que aquele território seja diferente. Naquilo que esteja nas vossas mãos, por favor, ajudem-nos. Nós precisamos que seja muito positivo voltar a viver no interior.

O interior, quando eu nasci, tinha uma paisagem diferente. Agora são muitos eucaliptos, mas é o que é. Desde que eles não estejam à beira da casa, para nós, é um descanso.

Muito obrigada por me terem ouvido.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, novamente. Renovo-lhe o meu agradecimento, Sr.<sup>a</sup> Doutora.



Srs. Deputados, agradeço a vossa presença e está encerrada a reunião.

*Eram 18 horas e 45 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.